

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

Religião, Direitos Humanos e Democracia

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por uma verdadeira efervescência de feitio político-ideológico. Mais perceptível após as Jornadas de Junho de 2013, o acirramento de vozes abertamente conservadoras e intolerantes deixa marca em distintas esferas da vida social. Neste contexto, a presença de conteúdo religioso neste movimento conservador e reacionário, oriundo de segmentos católicos e evangélicos, provoca manifestações de intolerância e retraimento da laicidade do Estado. Ainda que isto não seja uma novidade, visto que a história do Brasil é permeada pelo que podemos chamar de “colonização” religiosa das instituições e da sociedade, este panorama sugere desafios para a garantia dos direitos humanos, tal como prescrita na Constituição Federal de 1988.

A relação intrínseca entre interpretações religiosas e aviltamento da dignidade humana que a sociedade brasileira enfrenta é ilustrada por um número significativo de casos de violência contra minorias, perpetrados sob a égide da suposta revelação divina. A disposição de agentes dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário em atuarem a partir de perspectivas religiosas constitui um fator de grande crise da democracia. Nestes termos, é preciso lembrar que - tendo a salvaguarda inerente do Estado Democrático de Direito em suspensão - há limitação das condições de defesa do que fora estabelecido na declaração de direitos humanos, elemento que constitui a espinha dorsal de uma sociedade plural e democrática.

Por outro lado, neste cenário de intolerância religiosa e de direitos humanos vilipendiados, algumas iniciativas religiosas progressistas e pluralistas revelam uma significativa força de defesa da democracia brasileira. Padres e pastores/as, sacerdotes e sacerdotisas de cultos afro-brasileiros, grupos religiosos formados por leigos e leigas, dentre outros, apontam caminhos por meio da religião e da religiosidade para superar os tempos difíceis que atravessamos sob ameaça de um Estado policialesco e até mesmo de concepções antirreligiosas de demais segmentos progressistas.

É neste sentido que o presente dossiê, como o próprio nome sugere, se propõe a fomentar o debate sobre a relação entre religião, direitos humanos e democracia na atualidade brasileira. De forma a iniciar a discussão, Darcon Sousa e Júnior Camilo Sousa, no artigo intitulado *Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil*, analisam a forte base de apoio evangélica que grupos alinhados ao espectro da extrema direita no Brasil apresentam. A partir de um olhar sobre a atuação política de Jair Bolsonaro e dos apoiadores do bolsonarismo, os autores demonstram como estes grupos de extrema-direita, por meio das redes sociais e a partir de discursos que apelam aos pânicos morais, construíram entre os evangélicos uma base sólida de sustentação ao projeto bolsonarista e ao governo Bolsonaro. Dentre outras conclusões, os autores apontam que este cenário enseja refletir em possibilidades plurais e democráticas de combater o extremismo de direita que influi significativamente os segmentos evangélicos.

Em *Democracia e religião no discurso parlamentar de mulheres antifeministas e feministas*, Bruna Quinsan Camargo e Raisa Cortez Rosado analisam as justificativas de proposições e os discursos de deputadas federais que disputam espaço e legitimidade no Poder Legislativo. Por meio de análise



de conteúdo, as autoras identificam os argumentos mobilizados pelas parlamentares antifeministas e feministas, chegando a importantes resultados. Dentre eles o discurso antifeminista, ainda que alinhado a uma perspectiva religiosa conservadora e reacionária, camufla seus intentos numa roupagem discursiva democrática, produzindo uma ofensiva às perspectivas feministas que tende a passar despercebida como um claro ataque à própria democracia e ao caráter laico do Estado.

O artigo *A representação da homossexualidade no discurso espírita de Divaldo Franco*, de Francisco Jomário Pereira, apresenta um estudo sobre a representação da homossexualidade no espiritismo brasileiro. Para isso, o autor analisa os discursos do médium intelectualizado Divaldo Pereira Franco, que tem grande ascendência no segmento espírita. Os resultados apontam que os discursos constituem uma visão “punitiva” em torno de determinadas formas de conceber o sexo, a sexualidade e a homossexualidade, levando - segundo o autor - ao controle e à repressão de sexualidades vistas como anormais e minoritárias.

O último artigo, intitulado *Articulação local e global das organizações ecumênicas: reflexões em torno da agenda de gênero da Fundação Luterana de Diaconia, Koinonia e ACT Alliance*, Tairine Ferreira Pimentel apresenta um estudo sobre as respostas ecumênicas à agenda de gênero, tendo como perspectiva algumas organizações religiosas. Ainda que a autora ratifique que mais pesquisas sejam necessárias neste campo de estudos, ela indica que as organizações estudadas procuram produzir perspectivas inclinadas à justiça de gênero, elaborando, dentre suas ações, o estudo de políticas públicas que busquem enfrentar os claros casos de desigualdade, seja no âmbito interno ou externo desses espaços.

Desta forma, esperamos que os artigos elaborados pelas autoras e os autores que constituem este dossiê possam fundamentar novos estudos, instigar reflexões e oportunizar saberes necessários à defesa dos direitos humanos e da democracia brasileira. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Organizadores

André Ricardo de Souza
Professor associado do Departamento
de Sociologia da UFSCar
e coordenador do Núcleo de Estudos de Religião,
Economia e Política (NEREP)

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti
Doutorando em sociologia na UFSCar
e membro do NEREP